

# REFLEXÃO SOBRE AS VARIANTES NÃO PADRÃO FRENTE À VARIANTE PADRÃO À LUZ DA SOCIOLINGÜÍSTICA

**Maria Rosa Savoldi**<sup>1</sup>, **Elieza Moraes de Faria Pinto**<sup>2</sup>, **Maria de Fátima Freitas**<sup>3</sup>, **Teresinha de Fátima Nogueira**<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Univap Villa Branca, Estr.Municipal do Limoeiro, 250 - Jd.Dora - Jacareí, [maria\\_rosa\\_savoldi@yahoo.com.br](mailto:maria_rosa_savoldi@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Univap Villa Branca, Estrada Municipal do Limoeiro, 250 - Jd.Dora - Jacareí, [liça\\_mofapi@hotmail.com](mailto:liça_mofapi@hotmail.com)

<sup>3</sup>Univap Villa Branca, Estrada Municipal do Limoeiro, 250 - Jd.Dora - Jacareí

<sup>4</sup>Univap/Letras e IP&D, Av. Shishima Hifumi – Urbanova – São José dos Campos/SP, [terenog@univap.br](mailto:terenog@univap.br)

**Resumo:** A variação lingüística é um fenômeno constitutivo de qualquer língua e a sociolingüística se preocupa em entender este fenômeno. A variante padrão é a que é *oficial*, a que é apresentada pela escola como *certa* e que é a cobrada em situações formais. A variante não padrão é a forma diferente de se falar o que se diz na variante padrão e que não impede a compreensão. É abordada neste trabalho a problemática quanto a estigmatização dos falantes de variantes não padrão pelas pessoas que não conhecem ou não entendem o processo histórico do domínio destas variações não padrão. O informante é um homem tido como falante rurbano – pessoa de origem rural que vive na zona urbana – e a coleta dos dados foi monitorada e gravada. Nosso objetivo foi de verificar quais e de que natureza eram as variantes mais presentes na fala deste sujeito. Concluímos que as variantes deste estudo em nada afetariam a compreensão do texto mesmo sem levar em consideração o contexto.

**Palavras-chave:** estigmatização, lingüistas, sociolingüística, variante não padrão, variante padrão.

**Área de Conhecimento:** Lingüística, Letras e Artes

## Introdução

Este é um estudo introdutório – motivo pelo qual há somente um informante – que surgiu a partir das aulas na disciplina Sociolingüística. O objetivo foi investigar quais e de que natureza eram as variantes não padrão utilizadas pelo sujeito entrevistado, levando-se em conta a sua origem, a mudança de seu domicílio, idade, contato com a variante padrão e o fato de ter ou não freqüentado uma escola.

A partir dos estudos da Sociolingüística começamos a perceber que não é somente a fala padrão que garante o entendimento em uma situação enunciativa. Tal fenômeno pode ser verificado na entrevista realizada, pois não houve falta de compreensão do contexto oralizado, apesar do informante utilizar, na maioria das vezes, de variantes não padrão.

Em uma mesma comunidade lingüística, a definição, legitimação e gramaticalização de uma variedade lingüística como *padrão*, considerada *superior* e única *correta*, em oposição a variedades *não padrão*, vistas como *inferiores* e *incorretas*, constitui a extensa consolidação do desnível social e político das classes inferiorizadas, através da repressão de sua linguagem. Anulando-se as formas de expressão lingüística das classes inferiorizadas, anula-se a formação discursiva dessas comunidades e, portanto, suas visões de mundo, como citou Tânia Alkimim, 2000.

A variante padrão, a que é tida como *certa*, que é apresentada a todos na escola e que foi normatizada por uma classe dominante da

sociedade, ao olhar da sociolingüística, não é melhor nem pior que as demais variantes do português. Porém, por convenção social, é a variante em torno da qual acontecem e alimentam infinitas discussões por parte de lingüistas, gramáticos, filólogos, profissionais da educação, etc.

## Materiais e métodos

Foi realizada uma entrevista, gravada em fita cassete – com a anuência do entrevistado –, com um homem de 76 anos, origem rural do interior de Minas Gerais, semi-alfabetizado e que mora em zona urbana na cidade de Jacareí/SP, há mais ou menos 37 anos.

Convém lembrar que pessoas de zona rural que migram para zona urbana são chamadas de *rurbanos*, segundo Tânia Alkimim, 2000.

Apesar de entendermos a importância de se elaborar um roteiro de perguntas na coleta de dados com um informante (Tarallo, 1994), utilizamos outro método, solicitando-lhe que narrasse sua trajetória de vida.

Foi feita a transcrição da fita e, a partir dos dados coletados, separado o material origem deste estudo.

## Resultado

Na pesquisa realizada, decorrente da entrevista com o *rurbano* de mais de 70 anos, transcrevemos as seguintes ocorrências de uso da linguagem não padrão e as respectivas análises:

- perda do [r] e do [s] final, sobretudo nos substantivos:

H – Ai, a genti criô...*maió...maió* parti criô foi minh'avó...

H – ...aí eo fiquei na iscola só treis mêis,,,aí ondi nós mudô tinha iscola *mai* era paga...

H – ...nóis fômu lá umas treis veiz nessi *luga*...

H – ...aí nós chegô lá nu *Vitu*...

H – ...decemu du *ônibu*, viémimbora...

H – ...qui arroizi batidu é du bãum, num é cum *tratô*...

- perda da vogal inicial:

H – ...a genti num conhecia *tomóvi*...

H – ...quase qui num tinha *viãum inda*...

H – ...u mundu vai *cabá*...

H – naquela tempu nem *zistia* sofá...

H – Puxô assim...*rancô* quelispinhu qui u ispiñu é um negóciu inguau fôia di *bacaxi*, tinha ua cruz nu pé...

H – ...pega ua páia *cêsa* aí pá mim vê u qui quié issu aqui...

- vocalização das línguo-palatais [lh]:

H – ...nóis mudô, dipois eo comecei a *trabaiá*...

H – ...pisava monticinza, o pé ficava pretu di *orváiu*...

H – ...era épuca do *Getulo* Varguis...

H – ...É...é maizai Deus ajudô nós qui nós teve *coienu* essiz arroizi...pá *coiê* foi difiçu...

H – ...ô êlis veim vim....

H – ...aquelas *muié veia*, né...a Tizabé...

A ênfase aqui foi dada à linguagem oralizada e como cita Bortoni-Ricardo (2005:22) “*As diferenças de natureza fonológica e morfossintática que distinguem, por um lado a linguagem rural e, por outro, os diversos dialetos sociais...o sistema flexional dos verbos, nos pronomes e nos nomes representa múltiplas possibilidades de variação, principalmente quando a categoria lingüística é redundantemente marcada.*”, e isso não impede a compreensão de cada fragmento supracitado.

No Brasil, continua-se discriminando metodicamente, até mesmo nas escolas, variantes fonéticas não padrão, próprias das classes inferiorizadas, de baixa escolaridade.

E podemos verificar pelos fragmentos da transcrição acima que a compreensão do que foi dito pelo informante em nada foi prejudicada, justificando, então, o fato de que a fala, diferentemente da escrita, independe de uma norma pré-estabelecida ou não, haja vista que todos os falantes trazem uma gramática internalizada mesmo sendo analfabetos.

## Discussão

A variante não padrão é tida, de uma maneira geral, pela comunidade letrada, como um distúrbio comunicativo reprovado. Quando alguém fala que uma palavra pronunciada, ou até mesmo uma frase completa, está errada, ela está

estigmatizando o falante, ou seja, privilegiando a variante padrão.

Porém, parafraseando Mollica (2003), não existe marca em nenhuma variante que determine que ela seja superior à outra. O que é *erro* para um falante pode não ser para outro. O que causa estranhamento a A, pode não causar a B. O que é reprovado por um grupo pode não ser por outro.

Além do mais, os falantes situam as variantes não padrão numa escala de aceitabilidade ampla e elástica. Algumas são consideradas leves e toleráveis, outras, severas e inaceitáveis, mas, em qualquer situação, estigmatizadas. E para completar, a tolerância e a aceitabilidade das variantes não padrão varia dependendo do contexto.

A variante não padrão que é tolerada e aceita numa situação pode ser reprovada duramente em outra e, para a tradição pedagógica, só existe uma *língua certa*, que quem não a domina está excluído.

Vamos exemplificar, considerando o seguinte diálogo hipotético:

- *Nóis foi marcá uma conferência.*
- *Não fale nós foi, que está errado.*

A reprovação pronunciada pelo segundo falante, indica que ele viu, na frase do primeiro, um *erro*. Não é o tipo de variante que leva ao engano ou à impossibilidade de compreendê-la. Qualquer falante nativo do português compreende perfeitamente a frase considerada *errada* pelo segundo falante. Onde está o *erro*, então? A verdade é que o segundo falante julga a frase do primeiro como *errada* por considerá-la pertencente a uma variante reprovada pela classe dominante.

A rejeição não está voltada ao sentido da expressão, mas ao fato de ela estar ligada a pessoas e aspectos culturais com que o falante não quer identificação. Isto é estigmatização.

Essa forma de discriminação dá-se através da arbitrariedade da variante padrão, a qual não corresponde, necessariamente, variação de sentido.

Portanto, devem-se apenas a um autoritarismo lingüístico, o que não interfere na compreensão de todo o contexto ou distúrbio de comunicabilidade.

Afinal, essas variantes lingüísticas podem ser sinalizadores de expressão estética, popular ou erudita.

Como afirma Bortoni-Ricardo (2005:24), “*as classes mais baixas da sociedade exibem em sua linguagem uma incidência maior de variáveis lingüísticas não padrão, mas quando submetidas a testes que avaliam atitudes, reconhecem o caráter estigmatizado dessas variáveis...*”.

Para a Sociolingüística uma variante não é melhor que outra.

*Mas, afinal, por que se ocupar dela, tão bem desenhada com estudos e tratados, enquanto*

*variantes populares e regionais permanecem sem descrição*, como questiona Magda Soares, 1987.

Vamos citar algumas razões:

- A variante padrão tem o campo de aceitação maior entre os falantes que a consideram adequada para boa parte dos contextos sociais de uso, por causa de uma convenção, isto é, determinação de um padrão.
- A variante padrão é a mais empregada no discurso escrito.
- As gramáticas tradicionais ainda não incorporaram muitos avanços da Lingüística, trazendo-nos modelos teóricos em muitos casos ultrapassados, o que torna necessário retomar a descrição à luz dos avanços da Lingüística.
- A variante padrão tem um caráter oficial que, quer queira, quer não, a torna privilegiada quando se considera a busca de um referencial unificador para o idioma.

E aí está a importância em o professor ser o mediador entre as variantes e o aluno, porque ele mostrará ao educando os diferentes momentos de uso de uma ou outra forma. Isso ajudará o aluno a se apropriar da variante padrão, mas não quer dizer que ele deva anular os valores sociolingüísticos e culturais, próprios de sua comunidade, que trouxe para a escola.

Dizemos que alguém é competente na variante padrão quando ele se apropria dela. O falante que transita livremente entre a variante padrão e as não padrão é competente na variante padrão.

Este falante adequa sua linguagem, variando de um estilo formal para um informal, a fim de se ajustar aos tipos específicos de situações.

Para tanto, ele leva em conta os fatores que determinam a escolha entre um modo e outro, de acordo com o grau de formalidade: “os participantes da interação, o tópico da conversa e o local onde ela se processa”. (Bortoni-Ricardo, 2005: 25).

## Conclusão

Um idioma é formado por variantes geográficas, de classe social, de nível cultural, enfim, um idioma não é homogêneo.

Uma variante não é em si, boa ou má, elevada ou baixa, rudimentar ou evoluída, bela ou feia. Os atributos que se pode imputar a uma variante são resultado do processo histórico, social e político da língua.

Constatamos que a variação lingüística é um fenômeno, pois ocorre, mas não interfere na compreensão do que é dito. Esta variação que o sujeito carrega na fala é fruto de uma comunidade oralizada *diferente* da que é tida como padrão, instituída por uma classe dominante para regular o idioma de uma língua.

A variante padrão é a que é *oficial*, a que é apresentada pela escola como *certa* e que é a cobrada em situações formais. A variante não padrão, um dos focos de trabalho da Sociolingüística, é a forma diferente de se falar o que se diz na variante padrão e que não impede a compreensão.

Foi apresentada neste estudo introdutório, a problemática quanto a estigmatização dos falantes de variantes não padrão, pelas pessoas que não conhecem ou não entendem o processo histórico do domínio destas variações não padrão.

O informante foi um homem tido como *rurbano* – pessoa de origem rural que vive na zona urbana – e a coleta dos dados foi monitorada e gravada, com consentimento do sujeito e o nosso objetivo foi o de verificar quais e de que natureza eram as variantes mais presentes na fala de indivíduo.

Concluimos que as variantes deste estudo em nada afetariam a compreensão do texto.

Ainda levará tempo para a questão da estigmatização ser resolvida e a discussão acerca do desvio lingüístico continuará a ser bastante acalorada.

## Referências:

ALKIMIM, T. M. . Sociolingüística. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A.C.. *Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras*. v.1, 2ª ed., São Paulo:Cortez Editora, 2000.

BORTONI-RICARDO, S. M.. *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolingüística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação em Língua Materna – A Sociolingüística em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAMACHO, R. G.. Sociolingüística. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A.C.. *Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras*. v.1, 2ª ed., São Paulo:Cortez Editora, 2000.

KLÉBIS, C. E. de O.. *A questão da variação lingüística em sala de aula*. Disponível em [www.navedapalavra.com.br](http://www.navedapalavra.com.br).

MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (orgs). *Introdução à Sociolingüística – o tratamento da variação*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Editora Ática, 4ª. ed., 1994.